

COMUNICAÇÕES

Dispositivos táticos na Segunda Guerra Púnica e a questão do militarismo cívico na obra de Políbio: uma reflexão acerca do limite normativo do modelo ocidental de guerra*

*Henrique Modanez de Sant'Anna***

Em primeiro lugar, devemos iniciar a apresentação da estrutura geral da dissertação enfatizando o que foi desenvolvido com Lazenby, autor da obra intitulada *A Primeira Guerra Púnica*: embora existam relações diretas entre as três guerras travadas por Roma e Cartago, estes conflitos não devem ser percebidos como uma unidade. As razões pelas quais as guerras ocorreram, assim como a natureza de cada uma delas, obedecem a particularidades que precisam ir além dos produtos advindos das concepções metahistóricas presentes na obra de Políbio. A explicação da conquista do mediterrâneo pelos romanos e, portanto, de uma confluência das histórias em apenas uma (a ascensão de Roma), insiste na existência de uma unidade interpretativa no que se refere às Guerras Púnicas. Assim, o primeiro conflito aparece como esboço que possibilitou o segundo, o qual surgiu na condição de radicalização da tensão política que permitiu o grande desfecho da submissão dos povos Mediterrâneos ao imperialismo romano (em sua fase republicana).

Evidente que as relações de caráter histórico (como o contexto foi produzido no tempo) precisam ser analisadas, mas um exagero na formulação de grandes explicações ou modelos não são instrumentos analíticos tão eficientes. Por isso focamos a escrita da dissertação (no que se refere às Guerras Púnicas) na Guerra de Aníbal, especificamente a partir de dois aspectos: (a) as diversas adaptações táticas por parte de cartagineses e romanos (a ordem das palavras é proposital), de modo a perceber a configuração de uma tradição militar helenística no Mediterrâneo greco-romano e o modo como essa tradição apareceu no contexto em questão; e (b) a questão do militarismo cívico, como algo que, a partir da noção de dever militar do cidadão, surgiu no produto historiográfico elaborado por Victor Davis Hanson, na condição de defesa da superioridade bélica do soldado ocidental.

Estabelecidos os dois principais pontos de investigação, tratamos de analisar, em primeiro lugar, a estrutura interna do modelo ocidental de guerra, percebido como produto historiográfico com fins de legitimação de uma política internacional, caracterizada pela aprovação da “guerra preventiva” (*preemptive war*). Os elementos que compõem o sistema de Geoffrey Parker produzem uma percepção do modelo hansoniano que estabelece um caráter relacional. Em outras palavras, somente quando a combinação de uma tecnologia superior, de certa flexibilidade tática, tradição militar agressiva e disciplina vem a tona na proposta de sistema, a guerra ocidental pode ser caracterizada nos padrões propostos por Hanson e de modo inegável.

O entendimento da estrutura de funcionamento deste produto historiográfico só é possível, e isso é fundamental, quando uma forma do passado organiza diversos eventos em algo chamado ocidente. (ou mesmo nas formas “menores”, como Grécia Antiga ou Império Romano). O argumento central para este tópico é o de que principalmente a forma “ocidente” possibilita a emergência retórica quase heróica do soldado-cidadão. Esta observação, no mais, torna viável a percepção do que chamamos de “armadilha cívica”.

Uma vez percebido o limite normativo do modelo ocidental de guerra, na medida em que a forma age como parâmetro cognitivo ou norma para a construção do passado, a explicação do soldado-cidadão exige uma alternativa, especialmente porque a vitória romana na Segunda Guerra Púnica quase sempre é entendida como vitória devido ao sentimento de luta pelo que a todos pertence (a República).

A alternativa proposta por mim se encaixa na constituição histórica da tradição militar helenística, especificamente nas diversas adaptações táticas realizadas por cartagineses e romanos. No entanto, as adaptações táticas são aqui percebidas mais como produto cultural do que como fruto de certa evolução tecnológica. Isso significa dizer que certas práticas militares, como o choque frontal entre falanges ou a busca por batalhas decisivas, jamais poderiam ser possíveis em culturas que não significassem positivamente essas ações e as inserissem em seu código público. Qualquer afirmação contrária, isto é, referente a busca por perfeição bélica como motor das transformações táticas é, no mínimo, hermeneuticamente imprecisa ou anacrônica.

Esta é exatamente a relevância de um mapeamento do conjunto de reinvenções ou re-elaborações dos significados envolvidos no manejo das tropas em campo de batalha. A introdução e difusão de táticas persas no cenário militar ocidental de fins do séc. V a.C. e a percepção macedônica de reestruturação da falange de hoplitas não-profissionais (com o aprofundamento das fileiras e modificação no armamento - basicamente as modificações advindas da adoção da sarissa) caracterizaram a consolidação de uma escola tática em minha opinião iniciada com os exércitos mercenários provindos em sua maioria do fim da Guerra do Peloponeso.

Esta escola tática marcou sob a forma de tradição militar a guerra que se desenvolveu no Mediterrâneo do séc. III a.C., levando em consideração, é claro, as diversas simultaneidades entre o que se convencionou chamar de “História da Grécia Antiga” e “História da Roma Antiga” (a consolidação da cidade-estado grega e a

formação da República romana, por exemplo, podem ser encontradas na transição do séc. VI para o V a.C.).

Por último, tendo percebido a relevância do elemento tático no contexto em questão, propusemos uma interpretação da vitória romana na Guerra de Aníbal a partir da difusão dos conhecimentos militares cartagineses em Roma (vistos como helenísticos desde a contratação do mercenário Xantipo e da reforma iniciada com Amílcar, pai de Aníbal Barca). Desse modo, ao fornecer a explicação militar (situada no âmbito das transformações sócio-culturais), a abordagem que enfatiza a superioridade do soldado-cidadão pôde ser entendida como construto atribuído ao historiador grego Políbio e que, na elaboração do modelo ocidental de guerra, aparece sob a forma de defesa do militarismo cívico. A esta dependência da historiografia chamamos “armadilha cívica”, ou seja, a submissão extrema às concepções produzidas por Políbio no que diz respeito às Guerras Púnicas e que, devido às intenções características do modelo ocidental de guerra, emergem como defesa do soldado-cidadão.

Por último, cabe ressaltar que esta pesquisa teve como um de seus principais objetivos o questionamento desta postura e o desenvolvimento de uma análise do elemento cívico no modelo ocidental de guerra, realizada especialmente no que diz respeito à Segunda Guerra Púnica e a interpretação deste conflito por meio da consolidação da tradição militar helenística.

Notas

* Comunicação de pesquisa de Mestrado em História, realizado na Universidade Federal de Goiás. Pós-graduação encerrada em 12/02 de 2008, sob orientação de Ana Teresa Marques Gonçalves.

** Henrique Modanez de Sant'Anna é pesquisador do PEJ - UNB (Projeto de Estudos Judaico-Helenísticos) e doutorando em História pela Universidade de Brasília. É também colaborador da Revista Militar, periódico organizado pelas Forças Armadas Portuguesas, e membro da Society for Military History, sediada em Ogden, Utah.